

# Brasil preparado para reagir a boicote

Valter Melo

O principal resultado da viagem que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, fez recentemente aos EUA, Europa e Japão foi o de sensibilizar as autoridades dos países visitados para a eventualidade de socorrer o Brasil na cobertura de financiamento nas importações de bens de capital, caso os bancos privados estrangeiros se neguem a fazê-lo. Em síntese, o ministro pediu a reabertura dos créditos junto aos 15 tradicionais governos com assento no Clube de Paris — Suíça, Suécia, Noruega, Japão, Inglaterra, Holanda, França, Espanha, Dinamarca, Canadá, Bélgica, Áustria, Alemanha Ocidental, Portugal e Estados Unidos.

O Banco Central está realizando estudos no sentido de descobrir formas de financiamento no caso de generalizar-se o boicote externo contra a moratória (provisória) dos pagamentos dos juros aos bancos privados internacionais. Até o momento, duas empresas estatais já sentiram esse boicote: a Petrobrás e a Embraer. O governo da Arábia Saudita, país com o qual o Brasil tem déficits comerciais (importa mais do que exporta), rejeitou carta de crédito do BB como garantia da compra de petróleo, mas depois veio a aceitar. A Embraer teve dificuldades, pelo menos uma vez, para obter financiamento para a compra de componentes no exterior. O próprio vice-presidente internacional do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, revelou que o BB vem perdendo negócios e depósitos em suas agências fora do País, em consequência da moratória.

## Reações

Na sexta-feira, 26 de fevereiro — no primeiro estágio da viagem —, o ministro Funaro e o presidente do Banco Central, Francisco Gros, reuniram-se com autoridades financeiras dos EUA: o secretário do Tesouro, James Baker; o presidente do Federal Reserve Board

(Banco central), Paul Volcker, e o vice-secretário do Tesouro, John Whitehead. A delegação brasileira não conseguiu sensibilizar os três. Funaro apenas foi cobrado no sentido de que o Brasil deve apresentar um programa econômico «convicente», para depois negociar com o governo dos Estados Unidos e os bancos. Funaro respondeu que em breve terá esse programa.

No mesmo dia, Funaro e Gros mantiveram um encontro com o diretor-geral do FMI, Michel Camdessus. A visita teve mais caráter de cortesia, porque Funaro tem amizades com Camdessus, ex-presidente do Tesouro francês. Dirigindo-se para a Inglaterra, Funaro e seus acompanhantes falaram com o chanceler do Erário, Nigel Lawson, que se mostrou compreensivo à exposição do ministro de que não interessa ao Brasil assinar um acordo com o FMI, devido aos seus efeitos recessivos. Mas, depois, Lawson disse à imprensa que o único caminho era o FMI, e acabou contrariando Funaro: «Quando nós falamos, a atitude foi outra».

Na França, Funaro conversou com o ministro da Fazenda Edouard Balladur e com o presidente do Tesouro, Jacques de Larosière (ex-gerente-geral do FMI, com quem o Brasil chegou a assinar quatro cartas de intenções, no tempo do governo Figueiredo). Ambos prometeram ajudar o Brasil, inclusive com a liberação de créditos de instituições oficiais (da Cofaci) para o programa energético do Brasil.

Na Alemanha Ocidental, Funaro manteve um encontro com o seu colega Gerhard Stoltenberg. A reação não foi tão positiva como na França. Por exemplo, os alemães temem que o Brasil rompa o acordo nuclear entre os dois países. Com relação aos bancos, uma fonte do Ministério das Relações Exteriores alemão foi clara: «A tese brasileira é defensável, mas será preciso que o País se entenda de alguma forma com os bancos, mesmo que seja em caráter preliminar».

Na Suíça, onde Funaro e Gros estiveram como o ministro das Finanças, Otto Stich, com o ministro da Economia, Jean-Pascal Delamuraz e com o presidente do Banco Nacional, Pierre Languetin, a reação foi favorável às exposições de Funaro, mas nenhum se comprometeu com a tese brasileira. «Não houve compromissos por parte da Suíça», enfatizou o porta-voz do Ministério das Finanças, Oswald Sigg.

No último dia 5, já no final de seu périplo no exterior, Funaro foi recebido pelo ministro do Tesouro da Itália, Giovanni Goria, que se mostrou muito receptivo, dizendo que os italianos são solidários com o Brasil, que procura mudar o relacionamento com os credores — bancos, governos e FMI. Mas ressaltou: «A politização da dívida não é uma resposta em si mesma, pois deve caminhar ao lado de soluções práticas». Isto pode ser interpretado como «o governo brasileiro deve submeter-se às regras da comunidade financeira internacional».

Em Roma, Funaro encontrou-se por acaso com David Rockefeller, presidente de honra do Chase Manhattan Bank (norte-americano), que foi bastante agradável ao dizer: «O Brasil está passando por uma crise de liquidez, mas este é um País rico, com grandes recursos e uma enorme capacidade de desenvolvimento, a única fonte capaz de gerar recursos para pagar a dívida». Rockefeller seguia a velha máxima dos banqueiros, que diz que «o banco vive da prosperidade alheia».

No Japão, último País a ser visitado por Funaro, o ministro brasileiro manteve encontro com o seu colega japonês, Kiich Miyazawa, que passou um recado: «O Brasil precisa entender-se inicialmente com o FMI, para garantir um bom encaminhamento das negociações sobre a dívida externa». Funaro conversou também com o chanceler Tadashi Kuranari. O Brasil é devedor de bancos japoneses em US\$ 11 bilhões.